

ANOTAÇÕES À CRIAÇÃO BICENTENÁRIA DO TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE PERNAMBUCO E SUA HISTORICIDADE

*Jones Figueiredo Alves**

A criação do Tribunal de Relação de Pernambuco completa os seus duzentos anos, diante do Alvará Régio de 6 de fevereiro de 1821. Foi ele instalado na Villa do Recife - depois capital da província - em 13 de agosto de 1822, desmembrado do Tribunal da Relação do Maranhão.

Teve por distrito os territórios da Província de Pernambuco, compreendido nas três Comarcas do Recife, Olinda e Sertão e as Províncias, com seus respectivos territórios, da Parahyba, Rio Grande e a do Ceará Grande, então integrantes da Relação maranhense. Mais tarde, por lei de 06 de julho de 1831, seria agregada a Província das Alagoas.

Ele surge depois dos Tribunais de Relação da Bahia, de 1609 - este modelado de acordo com a Casa de Suplicação de Portugal; da Relação do Rio de Janeiro, de 1751 e o da Relação do Maranhão, de 1812, após a Relação carioca haver sido elevada, a 10 de maio de 1808, à condição de Casa de Suplicação do Brasil, que corresponde ao atual Supremo Tribunal Federal (STF), importando a origem e o marco histórico do Judiciário nacional¹. É, portanto, o quarto Tribunal de Relação do país.

Sua concepção começa das petições da nobreza e do povo, apresentadas, a partir de 11 de janeiro de 1796, à Câmara do Senado de Olinda, dirigindo-se os apelos à Rainha D. Maria I, para dar bom despacho às justas aspirações dos munícipes, afinal atendidas no alvará régio, vinte e cinco anos depois.

Disse o Alvará:

[...] que tendo me representado a Câmara da Cidade de Olinda as dificuldades que experimentam os habitantes da Província de Pernambuco, de recorrerem à Relação da Bahia para o prosseguimento das suas causas [...], **pela grande distância de uma a outra Província, avultadas despesas, separação das suas famílias, interrupção dos Trabalhos de que tiram a sua subsistência, e outros muito inconvenientes, ainda quando são entregues a Procuradores, o que tem induzido a muitos a deixarem sem última decisão os seus pleitos, preferindo antes perdê-los do que sujeitarem-se a tão graves incômodos;** e sendo um dos primeiros objetos dos meus paternos cuidados remover os embaraços que possam retardar ou estorvar aos meus fiéis vassallos os recursos que lhe permitem as leis na administração da justiça e que

* Desembargador Decano do Tribunal de Justiça de Pernambuco, compondo o colegiado desde 09.02.1999. Magistrado de carreira, tem 45 anos de judicatura (27.11.1975). Mestre em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa (FDUL). Foi Presidente do TJPE (2008/2010) e preside a Comissão de Gestão e Preservação da Memória do Tribunal.

¹ Em 10.05.2020 foi celebrado o Dia da Memória do Judiciário brasileiro, instituído pela Resolução nº 316, de 22.04.2020, do Conselho Nacional da Magistratura.

lhe afiançam a segurança pessoal, e a dos sagrados direitos de propriedade que muito desejo manter, como a mais segura base da sociedade civil: hei por bem criar uma Relação na Vila do Recife de Pernambuco [...].

Quando comemoramos os duzentos anos de sua criação, impende lembrar que desde o berço de suas origens, o Tribunal de Justiça de Pernambuco fundou-se, no primado da cidadania, exortado pelos clamores de uma justiça mais próxima do povo, ágil, eficaz e efetiva, que inspiraram durante um quarto de século as sucessivas petições olindenses por sua reclamada criação.

Para além disso, em sua gênese também se formou uma ousadia heroica de reação ao retardamento de quase dois anos de sua instalação, quando a Província já insurreta pelo ideário da Independência do país e sob os influxos da Convenção de Beberibe, de 05.12.1821², invectiva e reclama da exacerbada demora; vindo, daí, resultar a Carta Régia de 02 de junho de 1822, que determina a pronta e imediata execução ao Alvará.

O Chanceler interino Antônio José Osório de Pina Leitão (1762-1825), de Pinhal - Portugal, em exibindo o Alvará Régio perante a Junta Provisória do Governo da Capitania (1821-1822), presidida por Gervásio Pires Ferreira (1765-1838)³, requereu a posse da Relação, “*na conformidade do Alvará*”, o que foi deferido, havendo este, após juramento e empossado, dado posse aos demais desembargadores, com a consequente instalação da Relação.

A Relação de Pernambuco tem-se então instalada, em data de 13 de agosto de 1822, pouco depois das 10 horas da manhã de uma terça-feira, antecedendo a independência do país, que aconteceria menos de um mês depois.

Uma relevante condição instituída com a criação da Relação de Pernambuco, estava no provimento dos cargos de desembargadores que para serem habilitados os bacharéis teriam que ter servido em lugares de segunda instância, registra Augusto Duque⁴. Salienta, ainda, que “a Relação enfeixava funções judiciais e executivas e até normativas. Daí porque o Governador participava da mesma e presidia e na sua ausência o Chanceler”.

Eram cinco os primeiros desembargadores que iniciaram o Tribunal, com o Chanceler interino a instalar a Casa de Relação, dando juramento, sobre o Livro dos Santos Evangelhos, e posse aos demais: os desembargadores Eusébio de Queiroz Coutinho da Silva (1781-1842), de São Paulo de Luanda, Angola⁵; Bernardo José da Gama (1782-1854), o Visconde de Goiana, natural do Recife, o primeiro pernambucano⁶; João Pereira Sarmento Pimentel, de S. Nicolau de Carracedo,

² A Convenção de Beberibe é o primeiro episódio da independência do país.

³ Gervásio Pires Ferreira, revolucionário e político pernambucano, liderou a Convenção de Beberibe. Deputado à Assembleia Geral (1830-1833), teve participação na edição do Código Criminal do Império, de 1830.

⁴ DUQUE, Augusto. 150 Anos servindo à Ordem e à Liberdade. Perfil histórico do TJPE; Recife: Dialgraf, 1972, 111 p.

⁵ Foi um dos ministros e fundadores do Supremo Tribunal de Justiça, atual S.T.F. Genitor do conselheiro Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara, autor da “Lei Eusébio de Queirós” e ministro da Justiça do Império (1848-1852).

⁶ Bernardo José da Gama foi diretor da Faculdade de Direito de Olinda, em 1849. Integrou a primeira Assembleia Nacional Constituinte do Brasil (1823), constituída por cem deputados provinciais. Nasceu em 20.08.1782.

em Portugal e João Evangelista de Faria Lobato (1774-1846), mineiro de Vila Rica.

O quadro regimental inicial era o de nove desembargadores. Duas semanas depois, toma posse o Desembargador Francisco Afonso Ferreira, pernambucano vindo da Relação da Bahia. No ano seguinte, assumem o Tribunal o Chanceler efetivo Lucas Antônio Monteiro de Barros (1767-1851), também mineiro de Vila Rica⁷; Adriano José Leal e Tomás Antônio Maciel Monteiro (1780-1847), o Barão de Itamaracá; todos os três compoem depois o Supremo Tribunal de Justiça, onde também encerra a carreira o décimo desembargador nomeado (04.04.1824) André Alves Pereira Ribeiro e Cirne (1774-1850).

Os desembargadores da Relação usavam as vestes talares, como as dos integrantes da Casa de Suplicação portuguesa, quando o seu uso em Portugal fora determinado desde dois séculos antes, por Alvará de 09 de abril de 1600, de Filipe II.

De 1824 a 1892, a Relação teve seus presidentes nomeados pelo governo imperial. Ocuparam o cargo de Chanceler: Antônio José Osório de Pina Leitão (Portugal), Lucas Antônio Monteiro de Barro (MG) - Visconde de Congonhas do Campo, e André Alves Pereira Ribeiro e Cirne (RJ). No período, foram seus Presidentes: Francisco José de Freitas (BA), Francisco de Paula d'Almeida e Albuquerque (PE), Tomás Antônio Maciel Monteiro (PE) - Barão de Itamaracá, Antônio Ignácio de Azevedo (BA), Agostinho Ermelino Leão (BA), Dom Francisco Baltasar da Silveira (BA), Firmino Antônio de Souza (BA), Caetano José da Silva Santiago (PE), Anselmo Francisco Peretti (PE), José Filipe de Souza Leão (PE), Quintino José de Miranda (PE). Em 31 de março de 1829, o cargo de Chanceler foi extinto.

São exatamente as Ordenações Filipinas (Código Filipino) que servirão, como sistema jurídico no Brasil até 1916, quando editado o nosso primeiro Código Civil (Código Bevilacqua) - os normativos fundamentais ao desempenho da jurisdição do Tribunal de Relação no trato das questões postas a julgamento. Essas Ordenações foram editadas durante o domínio espanhol em Portugal, por Filipe II, de Espanha.

É este Tribunal de Relação, origem do nosso Tribunal de Justiça, com jurisdição inclusiva de uma cidadania plena, que tem no seu desembargador Luiz de Albuquerque Martins Pereira, o primeiro juiz brasileiro a libertar, em histórica decisão, escravos e filhos de escravos, importados depois da lei de 1831. Sua magistratura tem início quando, depois de Deputado Provincial, é nomeado juiz de direito da comarca da Boa Vista (12.10.1867) e após proclamada a República, integrou o Tribunal de Relação (11.04.1890).

É este mesmo Tribunal de Relação, como relata o desembargador José Ferraz Ribeiro do

⁷ O Chanceler efetivo Lucas Antônio Monteiro de Barros que não tomara posse com os demais, em 13.08.1822, por “motivos que sobrevieram”, coincidentemente tomou posse em 7.09.1822, pelas 12h, quando no mesmo dia, às 16:30h, era proclamada a independência do Brasil. Teve um filho, José Maria Monteiro de Barros (1798-1836), também Desembargador do Tribunal de

Vale, historiador do Poder Judiciário pernambucano⁸, que nos agitados dias de 1892, sob a difícil fase florianista da novel República, em sua última sessão, realizada a 8 de janeiro daquele ano, concede *habeas-corpus* preventivo em favor do jornalista José Maria de Albuquerque Melo, redator de “*A Província*”, e do Cel. Francisco Gonçalves Torres, vítimas de perseguição política, e ordem de soltura a outros dois pacientes, tendo os desembargadores Martins Pereira, Caldas Barreto, Teixeira de Sá e Costa Miranda, que conferiram as decisões, sido compulsoriamente aposentados pela Junta Governativa do Estado.

Finda, no mesmo dia, a Corte de Justiça do Império. Dissolvida a Relação, é constituído, então, o Superior Tribunal de Justiça do Estado, que antecede o nosso atual Tribunal até 1946.

Em decreto de 26.09.1892, o Governador eleito Alexandre José Barbosa Lima (1862-1931) reabilita os magistrados afastados, dois deles retornando - Teixeira de Sá e Caldas Barreto - sendo instalado, no mesmo ano, pela segunda vez, o Superior Tribunal de Justiça do Estado, em restauração de sua soberania.

Da Casa da Relação, instalada no último período colonial, com seu ocaso heroico, ao nosso Tribunal de Justiça, assim denominado pela Constituição Federal de 1946, uma história de 200 anos nobilita a instituição em todos os seus tempos de história.

Tempos de tenacidade, de intrepidez e de luta pelo direito em prevalência axiológica do valor justiça. O ritual desses tempos memoráveis nos ensina, sempre, que a dignidade da vida faz o melhor direito, a cujo ideário a função judicante da Corte indica, a tempo instante, e a um tempo uno, uma experiência judiciária digna de sua grandeza institucional.

Anota-se que o Tribunal foi sediado na Vila do Recife, servindo-lhe, então, como sede, o Colégio dos Jesuítas, anexo à igreja de Nossa Senhora do Ó, no Pátio do Colégio, hoje denominada Praça Dezessete.

Hoje, ocupando o Palácio da Justiça na Praça da República, cuja construção foi concluída no governo de Estácio Coimbra, inaugurado em 07.09.1930, o Tribunal tem seu local na antiga área do Palácio *Vriburg*, que significa “*alcançar a Liberdade*”.

Esta simetria significante, por essência, tem perfeita simbologia no desempenho da missão da Justiça exercida. Por ela, o homem é liberto em seu destino de dignidade maior. E se a liberdade constitui a obediência à ordem jurídica que o homem estabeleceu para si na convivência social, a sua permanente construção em uma sociedade mais justa é a tarefa institucional desta Corte que em bom desempenho faz celebrar, em razão mais fundamental, os seus duzentos anos.

Vale referir outro dado histórico de pioneirismo, o de ter sido o primeiro desembargador

Relação, nomeado (1824) aos vinte e seis anos.

⁸ VALLE, José Ferraz Ribeiro do. Uma corte de justiça do império: O Tribunal de Relação de Pernambuco. Recife: CEPE, 1983, 504 p.

brasileiro, um pernambucano; Simão Álvares da Penha Deusdará, que integrou a Relação da Bahia⁹.

Bem é dizer, como acentua Cervantes: “A história é êmula do tempo, repositório dos fatos, testemunha do passado, exemplo do presente, advertência do futuro.”

No caso, o passado faz o juízo da posteridade, e na vida da memória, a Corte se renova e se acrescenta, tendo sua história como mestra condutora de seu futuro. A história desta Casa a justifica, na legitimidade de seus atos e de seus julgados.

Atualmente, o Tribunal de Justiça é composto por cinquenta e dois desembargadores, distribuídos em dezesseis câmaras julgadoras e em sua Mesa Diretora:

(i) Os órgãos julgadores são constituídos por três membros em cada órgão fracionário, sendo seis Câmaras Cíveis, quatro Câmaras Criminais, quatro Câmaras Privativas de Direito Público e duas turmas na Câmara Regional, sediada no município de Caruaru. Esta última é a única existente na estrutura judiciária dos tribunais do país, como órgão regional na justiça do segundo grau, em uma iniciativa pioneira do presidente do Tribunal de Justiça, des. Frederico Ricardo de Almeida Neves (2014/2016), criada pela Lei Complementar nº 279, de 12.05.2014.

(ii) A Mesa Diretora na atual gestão (2020-2022) é integrada por seu presidente Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos; 1º e 2º Vice- Presidentes, des. Eduardo Augusto Paurá Peres e Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes; e pelo Corregedor Geral de Justiça, des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo. O TJPE conta com a Ouvidoria Geral Judiciária, tendo como Ouvidor-Geral o des. Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto e a Escola Judicial – ESMape, sob direção do des. Adalberto de Oliveira Melo.

No histórico de composição das cadeiras do Tribunal ali, em sucessivo, foram ocupantes duzentos e noventa e quatro (294) desembargadores, cento e trinta e nove (139) dos quais integrando a Relação, além dos seus atuais cinquenta e dois (52) titulares, perfazendo trezentos e quarenta e seis (346) desembargadores que assumem a seu tempo e a tempo permanente, a história institucional da Corte.

Ao despontar este novo tempo, a historicidade que nos garante é a medida exata para a expressão constante de o Tribunal de Justiça honrar sua tradição heroica de fazer justiça. Justiça sempre.

Nota: artigo remetido, a convite, para publicação na Revista *Cordis* – revista eletrônica de História Social da Cidade, vinculada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História e ao Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.

⁹ SCHARTZ, Stuart B. *Sovereignty and Society in Colonial Brazil – The High Court of Bahia and its Judges - 1609-1751*, University of California Press, Berkeley (1973). O historiador norte-americano admite a prioridade em favor de Simão Álvares da Penha Deusdará, ingresso na corte da Bahia em 03.03.1653, quando da restauração, como décimo nono integrante. Simão Álvares casou-se (1637), com Leonarda Vieira Ravasco, irmã do padre Antônio Vieira, da Companhia dos Jesuítas.

REFERÊNCIAS

DUQUE, Augusto. **150 anos servindo à ordem e à liberdade**: perfil histórico do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Recife: Dialgraf, 1972.

SCHARTZ, Stuart B. **Sovereignty and society in colonial Brazil**: the high court of Bahia and its judges: 1609-1751. Berkeley: University of California Press, 1973.

VALLE, José Ferraz Ribeiro do. **Uma corte de justiça do império**: o Tribunal de Relação de Pernambuco. Recife: CEPE, 1983.

Tribunal de Justiça de Pernambuco Linha do tempo: 1822- 2021 Desembargadores Cronologia dos cargos	
CADEIRA Nº 1	DATA DA CRIAÇÃO 13/8/1822
1. Jones Figueirêdo Alves (Recife, PE)	8/2/1999
2. Francisco de Sá Sampaio Salgueiro, PE) (aposentadoria)	1º/6/1990 a 20/1/1999
3. Pedro Ribeiro Malta (Mata Grande, AL) (aposentadoria)	13/12/1971 a 29/5/1990
4. Luiz Gonzaga Nóbrega (Mamanguape, PB) (aposentadoria)	25/10/1954 a 1/11/1971
5. Paulo André Dias da Silva (aposentadoria)	16/4/1942 a 14/9/1954
6. Adolpho Ciríaco da Cruz Ribeiro (PE) (aposentadoria). Nomeado pelo Interventor Federal - Carlos de Lima Cavalcanti. Ato n. 285 de 24/11/1930, art. 1º: Reforma da Magistratura	1/12/1930 a 1942
7. Eduardo Correia da Silva. (Colocado em disponibilidade) Ato n. 285 de 24/11/1930, art. 1º: Reforma da Magistratura	25/4/1928 a 1930
8. Pedro da Cunha Beltrão (Escada, PE) (falecimento)	9/2/1926 a abril/1928
9. Henrique Capitolino Pereira de Mello (PE) (aposentadoria)	3/2/1919 a 1926
10. Austerliano Correia de Crasto (aposentadoria)	19/2/1918 a fev. /1919
11. Primitivo de Miranda de Souza Gomes (aposentadoria)	6/7/1910 a fev. /1918
12. Carlos Augusto Vaz de Oliveira (falecimento)	5/9/1893 a julho/1910
13. Antônio Domingos Pinto (aposentadoria)	26/9/1892 a set. /1893
14. Sigismundo Antônio Gonçalves (Barras, PI) (aposentadoria) A Junta Governativa do Estado constituiu a composição do Superior Tribunal de Justiça em 8/1/1892, criado pela Constituição do Estado e Lei nº 15 de 14/11/1891	8/1/1892 a set./1892
15. Quintino José de Miranda (Sirinhaém, PE) (falecimento). Foi o último presidente da Relação de Pernambuco	25/6/1878 a 26/12/1891
16. Bernardo Machado da Costa Dória (SE) (aposentadoria) ----- Retorna a Recife	14/2/1863 a 1872 8/5/1875 a 11/5/1878
17. Agostinho Esmelino Leão (BA) (falecimento)	1/6/1847 a 16/1/1863
18. Antônio Joaquim de Cerqueira (RJ). Removido p/ RJ	14/11/1844 a 1847
19. Manoel Vieira Tosta - Barão de Murituba (BA). Removido p/ Relação BA	28/3/1843 a 1844
20. Francisco de Paula d'Almeida Albuquerque (PE). A Regência atendeu seu pedido e colocou-o com exercício em Pernambuco	13/1/1832 a 5/8/1842
21. Francisco José de Freitas (BA). Foi nomeado, setembro/1832, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça	29/10/1828 a 22/9/1832
22. André Alves Pereira Ribeiro e Cirne (RJ). Foi nomeado, outubro/1828, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça	4/4/1824 a 19/10/1828
23. Lucas Antônio Monteiro de Barros (MG). Chanceler efetivo. Saiu p/ assumir a Presidência da Província de SP	7/9/1822 a abril/1824
24. Antônio José Osório de Pina Leitão (Pinhel, Portugal) (*) 1º Chanceler - interino. Instalou a Relação na ausência do Chanceler efetivo	13/8/1822
CADEIRA Nº 2	DATA DA CRIAÇÃO 13/8/1822
1. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção (Recife, PE)	9/3/2007
2. José Alexandre de Vasconcelos Aquino (Limoeiro, PE) (falecimento)	20/12/2004 a 19/10/2006
3. Nildo Nery dos Santos (Goiana, PE) (aposentadoria)	16/10/1990 a 18/11/2004

4. Gabriel Lucena Cavalcanti (Recife, PE) (aposentadoria)	2/5/1972 a 15/10/1990
5. Natanael Tavares de Gouveia Marinho (Goiana, PE) (aposentadoria)	17/10/1963 a 7/4/1972
6. Evandro Muniz Netto (Olinda, PE) (falecimento)	12/11/1953 a out./1963
7. Genaro de Meira Freire (falecimento)	9/7/1936 a nov. 1953
8. Luiz Cavalcanti Lacerda Almeida (PE) (aposentadoria)	13/12/1930 a 6/7/1936
9. Manoel Caetano de Albuquerque e Mello (PE). Nomeado p/ Interventor Federal – Carlos Lima Cavalcanti. Recusou: saúde precária	1/12/1930
10. Arthur da Silva Rego. Colocado em disponibilidade em 1930. Ato n. 285 de 24/11/1930, art. 1º: Reforma da Magistratura	1/4/1914 a dez. 1930
11. João Joaquim Freitas Henriques (Recife, PE) (falecimento)	10/4/1906 a dez. 1913
12. João Carlos de Mendonça Vasconcellos (PE) (aposentado)	19/12/1894 a abr. 1906
13. Francisco Teixeira de Sá (Recife, PE) (aposentadoria). Excluído por aposentação. Na composição do Superior Tribunal de Justiça retorna no governo de Barbosa Lima	17/1/1891 e 8/1/1892 26/9/1892 a 7/12/1894
14. Hermógenes Sócrates Tavares de Vasconcelos (Goiana, PE) (aposentadoria)	19/12/1886 a 1890
15. Silvério Fernandes de Araújo Jorge (AL). Transferido p/ Relação CE. Retorno a Relação PE	18/12/1872 a 1873 Janeiro 1878 a 1886
16. Anselmo Francisco Peretti (Goiana, PE) (falecimento)	4/6/1861 a 8/10/1877
17. André Bastos d'Oliveira (CE) (aposentadoria)	23/10/1855 a 30/4/1861
18. Firmino Pereira Monteiro (RJ). Transferido p/ Rio de Janeiro, decreto de 26 de março de 1855.	18/2/1851 a 30/4/1855
19. Domingos Nunes Ramos Ferreira (Medelín, Portugal) (falecimento)	16/11/1833 a 14/11/1850
20. Antônio de Azevedo Mello e Carvalho (Lagares, Portugal) Regressou a Portugal, 1833.	27/9/1825 a 1833
21. Eusébio de Queirós Coutinho da Silva (Angola) 2º Agravista. Transferido p/ Casa de Suplicação RJ, 1825.	13/8/1822 a 1825
CADEIRA Nº 3	DATA DA CRIAÇÃO 13/8/1822
1. José Viana Ulisses Filho (Olinda, PE)	19/6/2015
2. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho (Arcoverde, PE) (aposentadoria)	7/8/2008
3. Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes (Recife, PE). Nomeado Ministro do STJ.	19/12/1997
4. Benildes de Souza Ribeiro (Agrestina, PE) (aposentadoria)	1º/12/1975
5. José Feliciano da Silva Porto (João Pessoa, PB) (aposentadoria)	16/3/1964 a 25/11/1975
6. Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley (Ipojuca, PE) (aposentadoria)	2/1/1951 a 26/2/1964
7. Roderick Villarim de Vasconcelos Galvão (falecimento)	21/12/1945 a jan. 1951
8. Felismino Guedes (Bezerros, PE) Em disponibilidade 1945	25/2/1943 a 21/12/1945

9. Oswaldo Guimarães de Souza (falecimento)	16/9/1942 a fev. 1943
10. Antônio de Pádua Walfrido (aposentadoria)	29/1/1932 a set. 1942
11. Argemiro Martiniano da Cunha Galvão (aposentadoria) ----- Renomeado pelo Interventor Federal – Carlos de Lima Cavalcanti -----	19/2/1902 1/12/1930 a fev. 1932
12. Manuel do Nascimento Fonseca Galvão (SE) (aposentadoria)	29/8/1891 a jan. /1902
13. José Ribeiro de Almeida Santos (BA) (aposentadoria).	7/6/1889 a 7/2/1891
14. Victorino do Rego Toscano Barreto (PB) (aposentadoria)	22/9/1878 a 1889
15. Antônio Carneiro de Campos (SP). Removido para a Corte	1º/3/1878 a julho/1878
16. Lourenço José Silva Santiago (PE). Integrou o Supremo Tribunal de Justiça	21/11/1857 a mar. /1878
17. Antônio Ignácio de Azevedo (BA). Integrou o Supremo Tribunal de Justiça	5/9/1843 a 2/10/1857
18. Gregório da Costa Lima Belmont (BA). Forçosamente aposentado.	19/5/1827 a 5/8/1843
19. Caetano Xavier Pereira de Brito (PE) (falecimento)	7/6/1824 a março 1827
20. Bernardo José da Gama - Visconde Goiana (Recife, PE). Removido para Bahia. 3º Agravista.	13/8/1822 a 1824
CADEIRA Nº 4	DATA DA CRIAÇÃO 13/8/1822
1. Leopoldo de Arruda Raposo (Recife, PE)	18/3/2003
2. Mário Alves de Souza Melo (Catende, PE) (aposentadora)	10/8/1993
3. Edgar Sobreira de Moura (São José do Belmonte, PE) (aposentadoria)	25/2/1992
4. Geraldo Magela Dantas Campos (São José do Egito, PE) (aposentadoria)	10/11/1969 a 17/2/1992
5. Mário Gadelha Simas (RN) (aposentadoriaria)	15/3/1965 a 1969
6. João Capistrano de Moraes e Silva (aposentado)	27/6/1964 a mar. 1965
7. Diógenes Lessa Ferreira (Recife, PE) (aposentadoria)	29/5/1956 a jun. 1964
8. João Aureliano Corrêa de Araújo (aposentadoria). Nomeado pelo Interventor Federal: Ato n. 285 de 24/11/1930, art. 1º: Reforma da Magistratura	1/12/1930 a 22/5/1956
9. Liberalino de Almeida. Em disponibilidade. Ato n. 285 de 24/11/1930, art. 1º: Reforma da Magistratura. Foi convidado a retornar à atividade junho/1934, mas declinou do retorno.	30/4/1930
10. Samuel Martins (falecimento)	24/3/1919 a abril/1930
11. Nilo Caheté Pereira de Andrade (falecimento)	6/5/1916 a março/1919
12. Lourenço Bezerra Vieira de Mello (aposentadoria) (Lei 329 - 8/7/1898, nomeado acordo c/ as disposições art. 25, § 1).	21/1/1899 a maio/1916
13. João Alvares Pereira Lyra (falecimento)	27/3/1896 a 1898
14. Manoel Caldas Barreto (PE) (aposentadoria). Foi colocado em disponibilidade. Extinta a Relação não foi aproveitado na composição do Superior Tribunal de Justiça. Voltou no Governo de Barbosa Lima	27/12/1890 a 8/1/1892 26/9/1892 a 31/12/1895

15. Joaquim José de Oliveira Andrade (PE) (aposentadoria). Aposentado por Ato do Governo Provisório	20/4/1888 a 1890
16. Francisco de Assis Oliveira Maciel (PE)	19/2/1878 a março/1888
17. José Nicolau Regueira Costa (PE). Enviado para a Relação de Pernambuco para substituir o des. Álvaro Barbalho. Em fevereiro 1874 removido para a Relação do Ceará. Retorna em 18/12/1875 a 18/12/1877.	2/7/1872 a 1874
18. Custódio Manoel da Silva Guimarães (CE)	29/11/1856 a 11/12/1875
19. Bernardo Rebello da Silva Pereira (PE)	20/1/1849 a 29/11/1856
20. Joaquim Teixeira Peixoto d'Albuquerque (PE). Removido para Relação BA.	12/12/1839 a 1849
21. Antônio Manuel da Rosa Malheiro (Vila Real, Portugal).	20/6/1826 a 18/3/1839
22. Luís Francisco de Paula Cavalcanti d'Albuquerque (PE). Saiu p/ Corte do RJ.	22/12/1824 a 18/4/1826
23. Francisco Affonso Ferreira (PE).	27/8/1822 a 23/9/1824
24. João Pereira de Sarmiento Pimentel (São Nicolau de Carracedo, Portugal). Permaneceu pouco tempo em exercício. Por ser português, não querendo ser fiel à independência do Brasil, abandonou cargo e voltou p/ Portugal. 4º Agravista	13/8/1822
CADEIRA Nº 5	DATA DA CRIAÇÃO 13/8/1822
1. Cláudio Jean Nogueira Virgínio (Afogados da Ingazeira, PE)	23/3/2008
2. Etério Ramos Galvão (Prata, PB) (aposentadoria)	14/1/1988
3. Hermes Parahyba Júnior (aposentadoria)	4/11/1987
4. José Pessoa de Oliveira Cavalcanti (Limoeiro, PE) (aposentadoria)	9/1/1969 a 17/10/1987
5. José Demétrio de Paula Mendes (aposentadoria)	5/4/1966 a fins dez. 1968
6. Ângelo Jordão de Vasconcelos, filho (Goiana, PE) (aposentadoria)	21/1/1958 a 23/3/1966
7. Edmundo Jordão de Vasconcelos (Goiana, PE) (falecimento)	13/3/1954 a jan. 1958
8. Oscar Bandeira de Lima Coutinho (aposentadoria)	22/3/1951 a 13/3/1954
9. Felisberto dos Santos Pereira (PE) (aposentadoria). Nomeado p/ Interventor Federal - Carlos de Lima Cavalcanti)	1/12/1930 a 13/3/1951
10. João Baptista Corrêa de Oliveira. Em disponibilidade. Ato n. 285 de 24/11/1930, art. 1º: Reforma da Magistratura	26/11/1919 a dez. 1930
11. Thomaz Soriano de Souza (falecimento)	1/11/1919 a 22/11/1919
12. José Brandão da Rocha (aposentadoria)	12/6/1912 a out. 1919
13. José Cavalcanti de Albuquerque Uchoa (aposentadoria)	10/4/1906 a 25/5/1912
14. Antônio Pedro da Silva Marques (aposentadoria)	8/8/1898 a 1906

15. Joaquim da Costa Ribeiro (PB) (aposentadoria) ----- Renomeado p/ Junta Governativa que constituiu o Superior Tribunal Justiça; Renomeado p/ Gov. Barbosa Lima -----	19/12/1890 8/1/1892 26/9/1892 a 2/8/1898
16. Manoel da Silva Rego (PE) (aposentadoria)	4/12/1888 a 1890
17. Luís Correa de Queirós Barros (PE). Permuta c/ João Sertório. Nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça	9/1/1883 a set. 1888
18. João Sertório – Barão de Sertório (SP)	31/1/1879 a 1882
19. José Ignácio de Accioli de Vasconcelos (RJ). Nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça	15/6/1861 a fev. 1879
20. Martiniano da Rocha Bastos (Portugal) (falecimento) ----- Retornou à Relação de Pernambuco, quando faleceu -----	10/1/1843 a 1856 1861
21. Tomás Antônio Maciel Monteiro - Barão de Itamaracá (Recife, PE). Nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça	28/10/1823 a 1842
22. João Evangelista de Faria Lobato (MG). Eleito deputado p/ Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil de 1823 pela província de Minas Gerais. 5º Agravista	13/8/1822 a 23/9/1823
CADEIRA Nº 6	DATA DA CRIAÇÃO 08/07/1898
1. Marcos Antônio Cabral Maggi (Recife, PE)	13/8/2004
2. José Napoleão Tavares de Oliveira (Macaparana, PE) (aposentadoria)	7/7/1992
3. João David de Souza Filho (Santa Maria do Cambucá, PE) (aposentadoria)	13/2/1984
4. Pedro Martiniano Lins (Água Preta, PE) (aposentadoria)	23/11/1964
5. Rodolfo Aureliano da Silva (Várzea, PE) (falecimento)	3/9/1953
6. Nestor Diógenes da Silva Melo (?) (aposentadoria)	22/12/1931
7. Luiz Salazar de Veiga Pessoa (PE) (aposentadoria) Renomeado pelo Interventor Federal – Carlos de Lima Cavalcanti-----	15/11/1919 1/12/1930
8. José Francisco Góes Cavalcanti (PE) (aposentadoria) Vaga criada pela Lei 329 de 8/7/1898	8/8/1898
CADEIRA Nº 7	DATA DA CRIAÇÃO 1/6/1925
1. Jovaldo Nunes Gomes (Emas, PB)	20/3/2001
2. Manoel Alves da Rocha (PB) (aposentadoria)	19/9/1996 a
3. Carlos Xavier Paes Barreto (Vitória, ES) (aposentadoria)	12/12/1984 a 16/8/1996
4. Aderson Antão de Carvalho (Jaicó, PI) (aposentadoria)	7/6/1965 a 11/12/1984
5. Luiz Tavares Gouveia Marinho (?) (aposentadoria)	5/7/1950 a 30/5/1965
6. Felismino Guedes (aposentadoria). Estava em disponibilidade e retorna em 1947	17/10/1947 a 5/7/1950
7. João Paes de Carvalho Barros (falecimento)	23/9/1939 a 1947
8. Abelardo Moreira de Oliveira Lima (MG) (aposentadoria)	22/12/1931 a 23/9/1939
9. Olympio Bonald da Cunha Pedrosa (Umbuzeiro, PB) (falecimento). Renomeado p/ Interventor Federal – Carlos de Lima Cavalcanti.	1/12/1930 a 19/11/1931
10. João Paes de Carvalho Barros. Em dezembro de 1930 foi colocado em	12/7/1929 a dez. 1930

disponibilidade. Ato n. 285 de 24/11/1930, art. 1º: Reforma da Magistratura	
11. Olympio Bonald da Cunha Pedrosa (Umbuzeiro, PB) (aposentadoria)	11/3/1928 a 10/7/1929
12. José Mariano Bezerra Cavalcanti (falecimento). Vaga criada pela Reforma Constitucional, art. 62 – Constituição Estadual	1/6/1925 a março 1928
CADEIRA Nº 8	DATA DA CRIAÇÃO 6/3/1931
1. José Fernandes de Lemos (Recife, PE)	8/2/2000
2. Sebastião Romildo do Vale de Oliveira (Pedra, PE) (aposentadoria)	15/10/1997
3. Otilio Neiva Coelho (Picos, PI) (aposentadoria)	27/10/1969 a 2/10/1997
4. Amaro Lira e Cesar (Catolé, PB) (aposentadoria)	27/5/1963 a 23/10/1969
5. Euclides Ferraz (Floresta, PE) (aposentadoria)	11/7/1957 a maio/1963
6. João Tavares da Silva (aposentadoria)	16/3/1951 a 27/6/1957
7. Irineu Jóffily de Azevedo e Souza (PB.) (aposentadoria)	5/8/1950 a 16/3/1951
8. Oscar Gouveia Cunha Barreto (Recife, PE) (aposentadoria). Vaga criada pelo Governo.	6/3/1931 a 4/8/1950
CADEIRA Nº 9	DATA DA CRIAÇÃO 7/3/1931
1. Antenor Cardoso Soares Júnior (Recife, PE)	9/3/2007
2. Zamir Machado Fernandes (Santa Luzia, PB) (aposentadoria)	15/12/1997 a fev. 2007
3. Itamar Pereira da Silva (aposentadoria)	19/3/1991
4. José Martins de Souza Leão (aposentadoria)	2/4/1990 a 18/3/1991
5. Nelson Pereira de Arruda (Limoeiro, PE) (aposentadoria)	12/3/1967 a 2/4/1990
6. Djaci Alves Falcão (Monteiro, PB). Nomeado Ministro do STF	12/3/1957 a 1º/3/1967
7. João Cabral de Mello Filho (aposentadoria)	5/8/1953 a março 1957
8. José Neves Filho (Monteiro, PB) (aposentadoria). Vaga criada pelo Governo.	7/3/1931 a 31/7/1953
CADEIRA Nº 10	DATA DA CRIAÇÃO 27/8/1934
1. Itabira de Brito Filho (Recife, PE)	10/11/2010
2. Helena Caúla Reis (aposentadoria)	13/8/2001
3. Waldemir de Oliveira Lins (Pesqueira, PE) (aposentadoria)	31/3/1986
4. José Ferraz Ribeiro do Valle (Floresta, PE) (aposentadoria)	29/9/1963 a 7/2/1986
5. João Jungmann (aposentadoria). Vaga criada pelo Quinto Constitucional. Ministério Público	27/8/1934 a set. 1963
CADEIRA Nº 11	DATA DA CRIAÇÃO 1/9/1934
1. Fernando Eduardo de Miranda Ferreira (Recife, PE)	1º/4/2002
2. Arthur Pio dos Santos (aposentadoria)	3/6/1991
3. Antônio de Brito Alves (falecimento)	6/4/1987
4. Augusto de Souza Duque (Pesqueira, PE) (falecido)	21/2/1956
5. Orlando Anselmo Aguiar (aposentadoria). Vaga criada pelo Quinto Constitucional. Advocacia	1/9/1934
CADEIRA Nº 12	DATA DA CRIAÇÃO 30/6/1952
1. Eurico de Barros Filho (Recife, PE)	9/3/2007

2. Ivonaldo Pereira de Miranda (João Pessoa, PB) (aposentadoria)	16/12/1997
3. Cláudio Américo de Miranda (Sirinhaém, PE) (aposentadoria)	18/8/1980 a 9/12/1997
4. Cláudio de Moraes Vasconcelos (Timbaúba, PE) (aposentadoria)	9/5/1960
5. Severino Correia de Araújo (aposentadoria)	1/10/1958
6. Álvaro Simões Barbosa (aposentadoria)	7/7/1955
7. José Tomaz de Medeiros Correia (falecimento)	10/7/1952
Cargo criado pela Lei nº 1392 – 30/6/1952	
CADEIRA Nº 13	DATA DA CRIAÇÃO 30/6/1952
1. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo (Maceió, AL)	24/11/2010
2. João Bosco Gouveia de Melo (Recife, PE) (aposentadoria)	12/4/2005
3. Joaquim Rodrigues de Castro (PI) (aposentadoria)	19/9/1996
4. Agenor Ferreira de Lima (Sirinhaém, PE) (aposentadoria)	15/7/1991 a set. 1996
5. Demócrito Ramos Reinaldo (Alagoa do Monteiro, PB). Nomeado Ministro do STJ	27/12/1983
6. Agamenon Duarte Lima (aposentadoria)	28/9/1971
7. José Sironi de Vasconcelos (aposentadoria)	10/11/1969
8. Adauto Maia (Caicó, RN) (aposentadoria)	13/9/1955
9. Renato Barbosa da Fonseca (falecimento)	10/7/1952
Cargo criado pela Lei nº 1392 – 30/6/1952	
CADEIRA Nº 14	DATA DA CRIAÇÃO 30/6/1952
1. Silvio Neves Baptista Filho (Recife, PE)	16/3/2016
2. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima (aposentadoria)	9/3/2006
3. Nelson Santiago Reis (falecimento)	1/9/1999
4. Luís Belém de Alencar (Araripina, PE) (aposentadoria)	9/8/1985
5. Jarbas Fernandes da Cunha (aposentadoria)	28/11/1983
6. João Batista Guerra Barreto (Limoeiro, PE) (falecimento)	24/5/1965
7. José da Costa Aguiar (aposentadoria)	17/6/1959
8. Dirceu Ferreira Borges (falecimento).	10/7/1952
Cargo criado pela Lei nº 1392 – 30/6/1952	
CADEIRA Nº 15	DATA DA CRIAÇÃO 30/6/1952
1. Demócrito Ramos Reinaldo Filho (São José do Egito, PE)	13/12/2016
2. Roberto Ferreira Lins (Recife, PE) (falecimento)	4/12/2004
3. Márcio Albuquerque Xavier (aposentadoria)	23/12/1998
4. Hélio Nelson Holmes Lins (aposentadoria)	11/9/1997 a dez. 1998
5. Mauro Jordão de Vasconcelos (Exu, PE) (aposentadoria)	23/12/1983 a set. 1997
6. Jeová da Rocha Vanderlei (aposentadoria)	23/2/1976
7. José Antônio de Souza Ferraz (Floresta, PE) (aposentadoria)	8/6/1964
8. Pedro Francisco Cabral de Vasconcelos (aposentadoria)	10/7/1952
Cargo criado pela Lei nº 1392 – 30/6/1952	
CADEIRA Nº 16	DATA DA CRIAÇÃO 2/8/1993
1. Bartolomeu Bueno de Freitas Medeiros (Ingazeira, PE)	22/1/2001
2. José Antônio Amorim (aposentadoria) Cargo criado pela Lei Complementar nº 9/93 – 2/8/1993	3/11/1993

CADEIRA Nº 17	DATA DA CRIAÇÃO 2/8/1993
1. Ruy Trezena Patu Júnior	15/03/2021
2. Eduardo Augusto Paurá Peres (Gravatá, PE) (aposentadoria)	7/5/2002
3. Aquino de Farias Reis (aposentadoria)	2/8/1999
4. Gilberto Augusto Correia Gondim (Goiana, PE) (aposentadoria)	3/11/1993
Cargo criado pela Lei Complementar nº 9/93 – 2/8/1993	
CADEIRA Nº 18	DATA DA CRIAÇÃO 2/8/1993
1. Antônio de Melo e Lima (Altinho, PE)	23/5/2006
2. Hélio Barros Siqueira Campos (aposentadoria)	3/11/1993
Cargo criado pela Lei Complementar nº 9/93 – 2/8/1993	
CADEIRA Nº 19	DATA DA CRIAÇÃO 2/8/1993
1. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello (Recife, PE)	2/8/2006
2. Francisco Dário Mendes da Rocha (aposentadoria) Cargo criado pela Lei Complementar nº 9/93 – 2/8/1993. Vaga criada pelo Quinto Constitucional. Advocacia	3/11/1993
CADEIRA Nº 20	DATA DA CRIAÇÃO 2/8/1993
1. Francisco Manoel Tenório dos Santos (São José do Egito, PE)	18/12/2007
2. Rivadávia Brayner de Melo Rangel (Pau d'Alho, PE) (aposentadoria)	21/12/1999
3. Ed-Ek Gonçalves Lopes (falecimento)	14/10/1997
4. Amaro José de Araújo (aposentadoria)	3/11/1993
Cargo criado pela Lei Complementar nº 9/93 – 2/8/1993	
CADEIRA Nº 21	DATA DA CRIAÇÃO 2/8/1993
1. José Ivo de Paula Guimarães (Recife, PE)	9/3/2007
2. Antônio de Pádua Camarotti Filho (Recife, PE) (aposentadoria)	3/11/1993
Cargo criado pela Lei Complementar nº 9/93 – 2/8/1993	
CADEIRA Nº 22	DATA DA CRIAÇÃO 2/8/1993
1. Fausto de Castro Campos (Salvador, BA)	6/7/2007
2. Antônio Macedo Malta (aposentadoria) Cargo criado pela Lei Complementar nº 9/93 – 2/8/1993	3/11/1993
CADEIRA Nº 23	DATA DA CRIAÇÃO 2/8/1993
1. Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto (São José do Rio Pardo, SP)	7/8/2008
2. Fausto Valença de Freitas (Pesqueira, PE) (aposentadoria) Cargo criado pela Lei Complementar nº 9/93 – 2/8/1993. Vaga criada pelo Quinto Constitucional. Advocacia	3/11/1993
CADEIRA Nº 24	DATA DA CRIAÇÃO 2/8/1993
1. Antônio Carlos Alves da Silva (Recife, PE)	7/8/2008

2. Ozael Rodrigues da Silva (Caaporã, PB) (aposentadoria) Cargo criado pela Lei Complementar nº 9/93 – 2/8/1993	3/11/1993
CADEIRA Nº 25	DATA DA CRIAÇÃO 2/8/1993
1. Josué Antônio Fonseca de Sena (Goiana, PE)	29/10/2009
2. Eloy d'Almeida Lins (Garanhuns, PE) (aposentadoria)	2/2/2001
3. José Maria Florentino de Lima (aposentadoria) Cargo criado pela Lei Complementar nº 09/93 – 2/8/1993	3/11/1993
CADEIRA Nº 26	DATA DA CRIAÇÃO 2/8/1993
1. André Oliveira da Silva Guimarães (Recife, PE)	17/9/2013
2. Silvio de Arruda Beltrão (aposentadoria)	27/8/2003 a set. 2013
3. Manoel Rafael Neto (aposentadoria) Cargo criado pela Lei Complementar nº 9/93 – 2/8/1993	3/11/1993 a julho 2003
CADEIRA Nº 27	DATA DA CRIAÇÃO 2/8/1993
1. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira (Arcoverde, PE)	16/5/2014
2. Alderita Ramos de Oliveira (Recife, PE) (aposentadoria)	31/5/2004
3. Luís Carlos Freitas Medeiros (aposentadoria)	21/11/1996
4. Célio de Castro Montenegro (falecimento) Cargo criado pela Lei Complementar nº 9/93 – 2/8/1993	3/11/1993
CADEIRA Nº 28	DATA DA CRIAÇÃO 19/12/2001
1. Frederico Ricardo de Almeida Neves (Recife, PE) Cargo criado pela Lei Complementar nº 40 – 19/12/2001	30/4/2002
CADEIRA Nº 29	DATA DA CRIAÇÃO 19/12/2001
1. Adalberto de Oliveira Melo (Caruaru, PE)	6/12/2004
2. Magui Lins Azevedo (aposentadoria) Cargo criado pela Lei Complementar nº 40 – 19/12/2001	30/4/2002
CADEIRA Nº 30	DATA DA CRIAÇÃO 19/12/2001
1. Agenor Ferreira Lima (Recife, PE)	2/8/2010
2. Milton José Neves (aposentadoria). Cargo criado pela Lei Complementar nº 40 – 19/12/2001	30/4/2002
CADEIRA Nº 31	DATA DA CRIAÇÃO 25/1/2005
1. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos (Maceió, Al) Cargo criado pela Lei Complementar nº 70 – 25/1/2005	11/7/2005
CADEIRA Nº 32	DATA DA CRIAÇÃO 25/1/2005
1. Luiz Carlos de Barros Figueiredo (Recife, PE) Cargo criado pela Lei Complementar nº 70 – 25/1/2005	11/7/2005

CADEIRA Nº 33	DATA DA CRIAÇÃO 25/1/2005
1. Alberto Nogueira Virgínio (Afogados da Ingazeira, PE) Cargo criado Lei Complementar Estadual nº 70 – 25/1/2005	11/7/2005
CADEIRA Nº 34	DATA DA CRIAÇÃO 25/1/2005
1. Antônio Fernando Araújo Martins (Recife, PE) Cargo criado pela Lei Complementar Estadual nº70 – 25/1/2005	11/7/2005
CADEIRA Nº 35	DATA DA CRIAÇÃO 25/1/2005
1. Ricardo de Oliveira Paes Barreto (Recife, PE) Cargo criado pela Lei Complementar nº 70 – 25/1/2005	11/7/2005
CADEIRA Nº 36	DATA DA CRIAÇÃO 25/1/2005
1. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes (Recife, PE) Cargo criado pela Lei Complementar nº 70 – 25/1/2005	11/7/2005
CADEIRA Nº 37	DATA DA CRIAÇÃO 25/1/2005
1. Erik de Sousa Dantas (Recife, PE)	8/6/2012
2. Romero de Oliveira Andrade (falecimento) Cargo criado pela Lei Complementar nº 70 – 25/1/2005. Ministério Público	11/7/2005
CADEIRA Nº 38	DATA DA CRIAÇÃO 14/12/2006
1. José Carlos Patriota Malta (Itapetim, PE) Cargo criado pela Lei Complementar nº 88 – 14/12/2006	9/3/2007
CADEIRA Nº 39	DATA DA CRIAÇÃO 14/12/2006
1. Mauro Alencar de Barros (Recife, PE) Cargo criado pela Lei Complementar nº 88 – 14/12/2006	9/3/2007
CADEIRA Nº 40	DATA DA CRIAÇÃO 3/4/2012
1. Jorge Américo Pereira de Lira (Timbaúba, PE) Cargo criado pela Lei Complementar nº 202 – 3/4/2012	3/5/2012
CADEIRA Nº 41	DATA DA CRIAÇÃO 3/4/2012
1. Roberto da Silva Maia (Fortaleza, PE) Cargo criado pela Lei Complementar nº 202 – 3/4/2012	3/5/2012
CADEIRA Nº 42	DATA DA CRIAÇÃO 3/4/2012
1. Stênio José de Sousa Neiva Coelho (Recife, PE) Cargo criado pela Lei Complementar nº 202 – 3/4/2012	3/5/2012
CADEIRA Nº 43	DATA DA CRIAÇÃO 11/6/2013
1. Évio Marques da Silva (Recife, PE)	23/1/2018

2. Odilon de Oliveira Neto (Alagoinha, PE) (falecimento). Cargo criado pela Lei Complementar n° 232 – 11/6/2013	2/1/2014
CADEIRA N° 44	DATA DA CRIAÇÃO 3/9/2013
1. Honório Gomes do Rêgo Filho.	30/10/2018
2. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti (Garanhuns, PE) (falecimento) Cargo criado pela Lei Complementar n° 235 – 3/9/2013	21/1/2014
CADEIRA N° 45	DATA DA CRIAÇÃO 3/9/2013
1. Itamar Pereira da Silva Junior (Recife, PE) Cargo criado pela Lei Complementar n° 235 – 3/9/2013	22/1/2014
CADEIRA N° 46	DATA DA CRIAÇÃO 3/9/2013
1. Evandro Sérgio Netto Magalhães Melo (Recife, PE) Cargo criado pela Lei Complementar n° 235 – 3/9/2013	22/1/2014
CADEIRA N° 47	DATA DA CRIAÇÃO 12/5/2014
1. Eudes dos Prazeres França (São José do Egito, PE) Cargo criado pela Lei Complementar n° 279 – 12/5/2014	10/6/2014
CADEIRA N° 48	DATA DA CRIAÇÃO 12/5/2014
1. Carlos Frederico Gonçalves de Moraes (Recife, PE) Cargo criado pela Lei Complementar Estadual n° 279 – 12/5/2014	10/6/2014
CADEIRA N° 49	DATA DA CRIAÇÃO 12/5/2014
1. Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima (Arcoverde, PE) Cargo criado pela Lei Complementar n° 279 – 12/5/2014	10/6/2014
CADEIRA N° 50	DATA DA CRIAÇÃO 12/5/2014
1. Humberto Costa Vasconcelos Júnior (Recife, PE) Cargo criado pela Lei Complementar n° 279 – 12/5/2014	10/6/2014
CADEIRA N° 51	DATA DA CRIAÇÃO 12/5/2014
1. Waldemir Tavares de Albuquerque Filho (Recife, PE) Cargo criado pela Lei Complementar n° 279 – 12/5/2014.	28/4/2015
CADEIRA N° 52	DATA DA CRIAÇÃO 12/5/2014
1. Márcio Fernando de Aguiar Silva (Recife, PE). Cargo criado pela Lei Complementar n° 279 – 12/5/2014	28/4/2015

Nota. Pesquisa realizada pelo Centro de Estudos Judiciários – CEJ e atualizada (18.05.2021) pela Comissão de Gestão e Preservação da Memória do TJPE. 2. A relação nominal dos ocupantes das cadeiras é de ordem crescente, figurando em primeiro o atual titular da cadeira, 3. A presente pesquisa, inédita no enfoque institucional da ancestralidade dos titulares das cadeiras da Corte

estadual, a partir do Tribunal de Relação de Pernambuco, quando instalado em 1822, ampliado o seu quantitativo no curso histórico do tempo e atualmente com cinquenta e dois (52) cargos de Desembargadores, oferece um fascinante quadro da trajetória histórica do Tribunal de Justiça de Pernambuco através do rol nominal de seus integrantes, cadeira por cadeira, tendo na nomeação da base o seu primeiro ocupante. Cuida-se saber melhor dos nossos antepassados magistrados para avaliar as suas influências em nosso presente. A Corte reaviventada em suas origens mais fortalece o seu passado para apoiar um futuro heroico, a caminho do seu bicentenário (1822-2022). 4. Agradecemos aos que integram o CEJ – Centro de Estudos Judiciários, notadamente à pesquisadora Maria Ângela Diletieri e sua equipe e à Coordenadora Geral Lourdinha Campos pela notável façanha de coleta inicial dos dados, investigando os acontecimentos ocorridos por quase dois séculos de história da Corte.